

# Campo de Saberes da História da Educação no Brasil

Atena Editora



Atena Editora

**CAMPO DE SABERES DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO  
NO BRASIL**

---

Atena Editora  
2017

*2017 by Atena Editora*

Copyright © da Atena Editora

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Edição de Arte e Capa:** Geraldo Alves

**Revisão:** Os autores

### **Conselho Editorial**

Profª Drª Adriana Regina Redivo – Universidade do Estado de Mato Grosso  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Carlos Javier Mosquera Suárez – Universidad Distrital de Bogotá-Colombia  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª. Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)</b> <b>(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>
---

C198

Campo de saberes da história da educação no Brasil / Editora chefe Antonella Carvalho de Oliveira. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2017.  
202 p. : 625 kbytes

Formato: PDF  
ISBN 978-85-93243-42-4  
DOI 10.22533/at.ed.424171010  
Inclui bibliografia

1. Educação – Brasil – História. I. Título.

CDD-370.981

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.

2017

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização da Atena Editora

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

E-mail: [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

## SUMÁRIO

### Capítulo I

A NOVA HISTÓRIA CULTURAL E A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO POR VIÃO FRAGO

*Raquel Magnólia Ferreira Ranzatti*.....05

### Capítulo II

A TRAJETÓRIA DA ESCOLA NORMAL OFICIAL DE DIAMANTINA NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM MINAS GERAIS: 1928 A 1938

*Gabriela Marques de Sousa e Juliano Guerra Rocha*.....13

### Capítulo III

AÇÕES EDUCACIONAIS DO MOVIMENTO “ESPORTE PARA TODOS” NO BRASIL (1973-1990)

*Sérgio Teixeira*.....26

### Capítulo IV

APONTAMENTOS SOBRE A HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DOCENTE E CURRÍCULO ESCOLAR DA DISCIPLINA DE ARTES VISUAIS

*Jéssica Maria Freisleben e Milena Regina Duarte Corrêa*.....36

### Capítulo V

EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL: ENTRE O IDEÁRIO E O REAL

*Júlio Resende Costa*.....46

### Capítulo VI

EDUCAÇÃO E ICONOGRAFIA: O USO DA IMAGEM COMO FONTE HISTÓRICA E METODOLÓGICA

*Graciene Reis de Sousa, Antonio Guanacuy Almeida Moura, Jocyleia Santana dos Santos e Braz Batista Vas*.....57

### Capítulo VII

ENSINO PROFISSIONAL FEMININO: POBREZA E MARGINALIDADE NA NOVA CAPITAL MINEIRA (1909 a 1927)

*Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro, José Carlos Souza Araujo e Elizabeth Farias da Silva*.....67

### Capítulo VIII

ENSINO PÚBLICO E PRIVADO NO BRASIL: DEBATES E TENSÕES (1932-1961)

*Bruno Borges*.....88

### Capítulo IX

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: MEMÓRIAS E SENSIBILIDADES DOCENTES, SUAS PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES

*Regina Celi Frechiani Bitte*.....99

Capítulo X

HISTÓRIA DA FORMAÇÃO E DA PROFISSÃO DOCENTE: MEMÓRIAS E NARRATIVAS DE TRAJETÓRIAS FORMATIVAS

*Vilmar José Borges*.....110

Capítulo XI

INSTRUÇÃO PÚBLICA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX: POSSIBILIDADES PARA PENSAR A OBRIGATORIEDADE ESCOLAR EM MARIANA

*Priscilla Samantha Barbosa Verona*.....122

Capítulo XII

O IMPÉRIO, A REPÚBLICA E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES: A BUSCA DA MODERNIDADE POR MEIO DA PRIMEIRA ESCOLA NORMAL DE UBERABA (1881-1905)

*Mariana Silva Santos*.....133

Capítulo XIII

O PONTO DE VISTA DO INTERVENTOR JÚLIO STRUBING MÜLLER SOBRE O ENSINO EM MATO GROSSO

*Emilene Fontes de Oliveira e Thalita Pavani Vargas de Castro*.....146

Capítulo XIV

O PROCESSO HISTÓRICO-POLÍTICO DE DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA

*Rachel Benta Messias Bastos*.....158

Capítulo XV

OS CONDICIONANTES HISTÓRICOS DA CRIAÇÃO DA ESCOLA DE FORMAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO

*Sarah Maria Freitas Machado Silva e José Luis Sanfelice*.....174

Capítulo XVI

UM BREVE DEBATE EPISTEMOLÓGICO SOBRE HISTÓRIA GERAL E HISTÓRIA LOCAL: QUAL CAMINHO ESCOLHER?

*Willian Douglas Guilherme e Magalis Besser Dorneles Schneider*.....187

**Sobre os Autores**.....197

## **CAPÍTULO II**

### **A TRAJETÓRIA DA ESCOLA NORMAL OFICIAL DE DIAMANTINA NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM MINAS GERAIS: 1928 A 1938**

---

**Gabriela Marques de Sousa  
Juliano Guerra Rocha**

# A TRAJETÓRIA DA ESCOLA NORMAL OFICIAL DE DIAMANTINA NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM MINAS GERAIS: 1928 A 1938

## **Gabriela Marques de Sousa**

Universidade Federal de Uberlândia, Faculdade de Educação  
Uberlândia – Minas Gerais

## **Juliano Guerra Rocha**

Universidade Federal de Uberlândia, Faculdade de Educação  
Uberlândia – Minas Gerais

Secretaria Municipal da Educação

Itumbiara – Goiás

**RESUMO:** A década de 1920 foi marcada por mudanças que transformaram substancialmente a educação brasileira. Isso porque os ideais escolanovistas, difundidos em grande parte do país, influenciaram as reformas que se estenderam até 1948. Em Minas Gerais, a Reforma Francisco Campos, ocorrida entre os anos de 1926 a 1927, sob a gestão do Presidente do estado Antônio Carlos, foi responsável pelas alterações no ensino primário e normal. A necessidade da composição de um quadro docente, capaz de formar o cidadão, ocasionou o crescimento das Escolas Normais mineiras e a expansão do ensino público em todo o Estado. Nesse contexto, foi oficializada, em 12 de outubro de 1928, pela Lei nº. 8.820, a Escola Normal Oficial de Diamantina (ENOD), que tem sua origem na Escola Normal Regional Américo Lopes, fundada em 1913, pelo Professor Leopoldo Miranda. Após dez anos de funcionamento, desde o Decreto-Lei nº. 63, promulgado pelo governador de Estado, Benedito Valadares, a instituição foi suprimida juntamente com outras escolas normais mineiras, indo em desencontro à política de expansão educacional dos anos 30. O objetivo desse trabalho é compreender as políticas de formação de professores em Minas Gerais, de 1928 a 1938, a partir da trajetória da ENOD. Para tanto, foram consultadas as fontes da Biblioteca Antônio Torres (Diamantina/MG) e do Arquivo Público Mineiro (Belo Horizonte/MG). Os documentos revelam que a formação de professores em Diamantina oscilou ora como uma estratégia política e econômica local, ora como uma preocupação do Estado para formar normalistas na região e, conseqüentemente, elevar o quadro docente mineiro e diamantinense qualificado, em consonância com a demanda de escolarização da cidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** História da Formação Docente; Escola Normal; Diamantina.

## **1. INTRODUÇÃO**

A Escola Normal Oficial de Diamantina está localizada ao norte de Minas Gerais, na cidade de Diamantina. Foi oficializada em 12 de outubro de 1928, pelo Decreto nº. 8.820, em consonância com o movimento educacional do estado após a implantação das Reformas Francisco Campos, entre os anos de 1926 a 1928, que tinha como um dos objetivos principais o aumento da oferta do ensino

primário. Ao longo do século XX, esse tipo de instituição tornou-se responsável pela formação de professores praticamente em todo território nacional, tendo suas origens ainda no período do Império. Mantendo a característica de descentralização da educação brasileira, perpassou o Império, chegando até a Primeira República.

A primeira Escola Normal do Brasil surgiu em Niterói, em 1835, através da Lei nº. 10 da Província do Rio de Janeiro, abrindo precedentes para o advento de outras no restante das províncias brasileiras. Assim, emergiram Escolas Normais na Bahia (1836), em Cuiabá (1837) e em Minas Gerais (1840) (ARAÚJO, FREITAS e LOPES, 2008). Essas escolas tinham o intuito de atender às necessidades de formar pessoas hábeis para ensinar, atreladas ao aspecto político; fundadas com a perspectiva iluminista e “centrada[s] na regeneração do entendimento humano” (ARAÚJO, 2008), eram concebidas

[...] como padrão e como modelo, com o intuito de normalizar e regularizar todas as outras escolas. Trata-se de um projeto educativo para formar aqueles que vão ser formadores, em que **o saber como ensinar** deverá estar associado **ao saber o que se ensina** (ARAÚJO, 2008, p.322, grifos do autor).

Desde sua gênese, essas escolas não tiveram financiamento efetivo para se manter ativas, gerando diversos processos de supressão e reabertura. Esse fator prejudicou a longevidade e atuação no que se refere à formação docente em todo país, sendo essas características presentes na maioria das intuições educativas de ensino normal (RICCIOPO FILHO, 2007; GUIMARÃES, 2012; SOUSA, 2017). No entanto, a falta de investimentos não significou que a formação de professores tenha deixado de ser prioridade para as províncias, mas resultado do redirecionamento nas políticas econômicas do país, “variando de acordo com as necessidades materiais e as representações de cada época” (VILELLA, 2008, p.43).

Com a instauração da República, em 15 de novembro de 1889, a educação brasileira manteve algumas características do período imperial. A Primeira República projetou, na educação brasileira, novos significados, em que o professor teria um papel essencial para a formação do novo homem, apto para viver em um sistema capitalista republicano, baseado na civilidade, moralidade e disciplina:

Se as escolas se configuram como locais especialmente preparados para viabilizar a adequada aprendizagem das novas gerações, com sua disseminação, e, finalmente, sua consolidação em sistemas nacionais destinados a promover a instrução de toda a população dos diversos países, surge a necessidade de se assegurar um preparo, também específico e adequado, dos professores que irão se responsabilizar pelo ensino no interior dos sistemas escolares. Daí a iniciativa de se criar instituições escolares especificamente voltadas para a formação de professores (ARAÚJO, FREITAS e LOPES, 2008, p.7).

Apesar das modificações causadas com a implantação do novo regime



político, a Constituição, promulgada em fevereiro de 1891, “não trouxe qualquer alteração da competência para legislar sobre o ensino normal, conservando a descentralização proveniente do adendo constitucional de 1834” (TANURI, 1979, p.45), cabendo à União apenas o incentivo ao ensino popular e a responsabilidade pelo ensino superior. Assim, as características do período anterior prevaleceram, sendo cada vez mais comum o fechamento das instituições de ensino normal.

Em Minas Gerais, a primeira Escola Normal surgiu em Ouro Preto, em 1835, e foi instalada cinco anos depois, em 1840. Em Diamantina, a primeira instituição pública responsável pela formação docente na região foi estabelecida pelo Regulamento nº. 84, de 21 de março de 1879, e suprimida dezessete anos depois. A criação dessa Escola Normal acompanhou as tradições político-administrativas que ocorreram naquela região desde a descoberta do ouro e do diamante, no início do século XVII. Com a necessidade de cuidados redobrados da Corte, Diamantina se tornou um polo cultural e social do Jequitinhonha, destacando-se como centro de referência para a instrução pública do norte mineiro.

A supressão da Escola Normal, em 1896, consolidou o funcionamento e a atuação do Colégio Nossa Senhora das Dores no cenário educacional diamantinense, concedendo a este estabelecimento de ensino as regalias de uma Escola Normal Municipal, por meio do Decreto 1.845, de 15 de setembro de 1905. Além disso, essa escola, por ser uma instituição de cunho confessional, sob a administração das Irmãs Vicentinas, gerava despesas onerosas, inviabilizando o ingresso e permanência das filhas das famílias menos abastadas.

Após oito anos do fechamento da instituição, por iniciativa particular do Prof. Leopoldo Luiz de Miranda,<sup>3</sup> inaugurou-se a Escola Normal Regional Américo Lopes, que deu origem à Escola Normal Oficial de Diamantina, através da oficialização, por parte do governo Estadual, em 1928. Com isso, a escola foi projetada no movimento da educação mineira e brasileira, com investimentos na formação docente e na educação primária. Permaneceu aberta até 1938, ano de sua supressão, no governo de Benedito Valadares, pelo Decreto nº. 63, de 15 de janeiro daquele ano.

Esse trabalho objetiva entender de que maneira as políticas administrativas da formação docente no estado de Minas Gerais influenciaram a trajetória, ora a favor, ora contra, da Escola Normal Oficial de Diamantina e, conseqüentemente, a formação do professorado mineiro, entre os anos de 1928 a 1938. Para tanto, utilizamos das fontes documentais da Biblioteca Antônio Torres, localizada em Diamantina, e, também do Arquivo Público Mineiro, de Belo Horizonte.

Esse capítulo está organizado em duas partes. A primeira elucida as políticas educacionais vigentes em Minas Gerais, entre os anos de 1928 a 1938, e de que maneira influenciaram na formação docente. A segunda busca compreender a trajetória da Escola Normal Oficial de Diamantina na incursão das

---

<sup>3</sup> Leopoldo Luiz de Miranda nasceu no dia 31 de outubro de 1868, na cidade Senador Mourão-MG. Faleceu em 10 de novembro de 1947, em Belo Horizonte-MG. Foi escrivão da coletoria e Procurador Geral de Diamantina. Casou-se com a filha de Olímpio Mourão, Maria Mercedes Corrêa de Oliveira Mourão, fundou a Escola Américo Lopes e lecionou na mesma instituição.

reformas educacionais mineiras.

## **2. AS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM MINAS GERAIS: A REFORMA DO ENSINO NORMAL (1928)**

Acompanhando um movimento nacional de renovação da educação, a reforma instaurada em Minas Gerais, entre os anos de 1927 e 1928, representou o novo papel assumido pelas escolas: funcionariam como importante mecanismo de formação do homem, voltadas ao exercício da cidadania. Teriam duas preocupações importantes: por um lado, formar uma elite engajada com a gestão econômica, associada às diretrizes políticas da nação; por outro, formar uma nova classe de trabalhadores, o que tornava a formação escolar imprescindível, em vista das necessidades da industrialização (LIMA, 2011).

Seria necessário que a educação mineira se tornasse uma educação formalizada e especializada, contribuindo para a consolidação da democracia. Nessa lógica, o professor seria fundamental, imprescindível para a inserção de novos métodos. A reformulação do papel do professor na escola primária foi a grande tônica das Reformas de Campos e das modificações nas escolas normais.

Segundo Peixoto (1987), Francisco Campos compreendia a escola como peça fundamental para o desenvolvimento e modernização de Minas Gerais. As ideias do secretário, e do então presidente do estado, estariam atreladas às de uma educação nova para o sistema educacional brasileiro, baseadas nos pressupostos escolanovistas. O plano de governo e as estratégias mineiras, no período que compreende as reformas mineiras, firmaram-se como plano estratégico para manutenção da gestão de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada:

Em primeiro lugar, sob a aparência de garantir, via transferência da educação para o Estado, a extensão da política do País, Antônio Carlos coloca sob a direção dos grupos no poder um importante instrumento de controle e persuasão social. Em segundo lugar, ao atender a uma importante reivindicação dos grupos emergentes, ele capta a adesão dos setores médios e dos grupos modernizantes do País para seu programa de governo (PEIXOTO, 1987, p.73).

Nas intervenções estaduais em Minas Gerais, entre os anos de 1927 e 1928, Francisco Campos passa ser um dos personagens fundamentais no processo de renovação educacional. Considerava que as dificuldades vividas naquele momento pelo estado mineiro iriam ser superadas com o fortalecimento das classes sociais e a conciliação de interesses.

Dessa maneira, “a escola constituía-se em um instrumento de educação e as crianças deveriam ser respeitadas tanto pela escola quanto pelos seus professores, responsáveis por parte do desenvolvimento de seus interesses e de sua infância” (BICCAS, 2011, p.166). Seria necessária e primordial a modificação tradicionalista da educação e a modernização do ensino primário estadual.

Imprescindível era, nesse contexto, a reformulação das escolas normais mineiras, uma vez que

Os defeitos do ensino primario não estão nos seus programmas, nem na sua organização do seu curriculum: estão no professor. Deste é o methodo do ensino, delle essa technica indefinível de captar o interesse infantil, delle esse tecido intellectual plástico, sensível e irradiante, quem que as noções talham o seu corpo visível de cuja substancias as ideias improvisam essa espécie de mãos ou dos prolongamentos prehensíveis, que lhe possibilitam apropriar-se da realidade e da vida, incorporando às coisas, tornando-se concretas, intuitivas e palpáveis. Será isto ou não haverá ensino primario e isto só os professores convenientemente preparados poderão dar. Qualquer reforma no ensino primario reclama e pressupõe, portanto, uma reforma no ensino normal (DECRETO nº. 8.162, 20 de janeiro de 1928, p.7).

O período em que foram empreendidas as reformas no ensino normal no Estado se caracterizam por um conjunto de estratégias articuladas do governo, que tinha por objetivo formar os professores sob os preceitos renovadores na educação, com a remodelação da Escola Normal, a criação da Escola de Aplicação, a reformulação da Revista do Ensino e a constituição de bibliotecas (BICCAS, 2011). No mesmo ano, foi promulgado o Decreto nº. 8.225, de 11 de fevereiro de 1928, buscando desenvolver os programas a serem aplicados pelas escolas de primeiro e segundo grau.

A crise vivida no ensino secundário em Minas Gerais e as modificações sofridas para a melhoria do ensino repercutiriam em todo o país. Podemos constatar essa afirmação em na opinião publicada no O Jornal, pelo professor do Gymnasio Mineiro e deputado estadual Abgar Renault. O periódico, que circulava no Rio de Janeiro no período que foram empreendidas as reformas de Francisco Campos, se preocupou em demonstrar que se tornara emergente uma reforma da formação docente, tanto na região mineira como no restante do país. Ao fazer um balanço e a constatação da crise do ensino secundário e das escolas normais mineiras, o jornal declarou:

A crise do ensino secundário é, portanto, um duplo problema de ordem intellectual e de natureza moral, cuja solução abrange varias questões entre as quaes a formação de um professor secundario por meio das escolas normaes superiores. Para ensinar não basta saber E' preciso ter adquirido orientação e agilidades pedagógicas, o que exige um preparo especial. Este ponto e a remodelação dos programmas são importantíssimos. Mas, antes de resolve-los, ha dois outros casos que reclamam e podem ter solução immediata. Um é o restabelecimento do curso sérindo; o outro é a abolição do regimento intellectual e moralmente comprometedor dos institutos equiparados, entre os quaes pode existir uma ou outra excepção honrosa, mas não bastam para justificar a sobrevivência de um systema que se tornou incompativel com a realização das finalidades sociaes da educação (O JORNAL, 29 de abril de 1928, p.4).

A entrevista, concedida ao jornal pelo deputado Abgar Renault, acontece meses depois da promulgação do Decreto nº. 8.162, de 20 de janeiro de 1928, que visava qualificar tanto os professores em exercício como os que ainda estavam em processo de formação nas escolas normais; ainda propunha a superação da crise do ensino secundário mineiro através das novas tendências pedagógicas.

O Regulamento das Escolas Normais previa que a qualificação dos professores que estavam ativos ficaria a cargo das Escolas de Aperfeiçoamento, ou ainda da Escola Normal Superior, responsáveis por promover uma espécie de atualização dos métodos pedagógicos. Entretanto, essa ideia foi abandonada, levando ao envio de professores para o exterior a fim de conhecer novos modelos. Logo, o Curso de Aplicação seria criado para:

[...] instruir o professorado mineiro tanto na prática como na teoria pedagógica, na perspectiva de melhorar a qualidade do seu trabalho junto às crianças. Para isso seria priorizada a ampliação da cultura profissional dos professores, melhorando sua técnica e facilitando assim seu trabalho (BICCAS, 2011, p.169).

Para aqueles que ainda estavam em processo de formação, foram modificados os currículos dos estabelecimentos de ensino, criando-se também as escolas de nível superior. Tudo isso afim de se formar um professor apto para atuar conforme preceitos e métodos da escola nova, em que as bases das mudanças e a reformulação no ensino normal são o “esforço para dar a esse [...] feição essencialmente técnica, profissional” (NAGLE, 1971, p.224).

A ampliação da oferta de ensino no estado de Minas Gerais aconteceu de forma significativa entre os períodos de 1926 e 1930. Foram criados 3.555 estabelecimentos de ensino primário e mais de 19 escolas normais, com crescimento de 87% no número de matrículas. As escolas primárias passaram de 230.873 alunos, em 1926, para 448.810, em 1930 (PEIXOTO, 2000).

Nesse clima de remodelação do ensino secundário e normal, ressurgiu, trinta e dois anos depois do fechamento, a Escola Normal Oficial de Diamantina, através do Decreto nº. 8.820, de 12 de outubro de 1928, do presidente do estado de Minas Gerais, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada. Tal iniciativa acompanha o movimento de expansão das escolas normais do estado.

Doravante, buscamos compreender a Escola Normal Oficial de Diamantina na incursão dos movimentos renovadores de Minas Gerais sobre a formação docente e as Escolas Normais. Investigamos os documentos oficiais e fontes primárias que elucidaram essa trajetória, de sua oficialização até sua supressão, em 1938.

### 3. A PROBLEMÁTICA DA FORMAÇÃO DOCENTE EM DIAMANTINA: OFICIALIZAÇÃO E SUPRESSÃO DA ESCOLA NORMAL OFICIAL, 1928 A 1938

Para atender à demanda por escolarização e formação de professores, no norte de Minas Gerais, uma vez que na cidade de Diamantina existia apenas o Colégio Nossa Senhora das Dores, foi criada a Escola Normal Regional Américo Lopes (ENRAL), em 12 de outubro de 1913, por iniciativa particular do professor Leopoldo Luiz de Miranda, com apoio de alguns amigos:

Secundando o idealismo de Leopoldo, convidaram alguns amigos para fundar, em 1913, uma Escola Normal, que se denominou “Américo Lopes”, e que prestou durante muito tempo, serviços à população pobre da região, pois o Colégio Nossa Senhora das Dores só aceitava meninas internas, ficando muito dispendioso para os pais que tinham família grande (MIRANDA, s.d., p.12).<sup>4</sup>

Apesar de não termos detalhes sobre o funcionamento dessa instituição, no ano seguinte, pelo Decreto nº. 4.183, de 04 de maio de 1914, o governo mineiro lhe concedeu as regalias de uma escola normal regional oficial. Ademais, segundo os impressos que circulavam na cidade, nesse período ficou delineada a importância da ENRAL, que proporcionou a escolarização para mais de mil discentes e obtenção de cerca de duzentos diplomas de normalistas a estudantes “quase todos de famílias pouco abastadas” (DIAMANTINA, 04 de janeiro de 1929, p.1).

Quinze anos após seu funcionamento, através do Decreto 8.820, de 12 de outubro de 1928, sancionado pelo presidente Antônio Carlos, oficializou-se a instituição como uma escola de primeiro grau, modificando sua nomenclatura para Escola Normal Oficial de Diamantina (ENOD). A instauração desse “novo” estabelecimento de ensino representou uma tentativa de suprir o quadro de professores e aumentar o acesso à escolarização na região.

No discurso da imprensa diamantinense, esse ato foi considerado “magnífico”. O Presidente do estado concedera a oportunidade tão esperada pela sociedade em reparação à supressão da antiga Escola Normal de Diamantina, ocorrida em 1896:

Somos devedores ao Presidente Antônio Carlos da realização de mais ardentes aspirações do povo diamantinense: a criação da Escola Normal Oficial de Diamantina. Um gesto magnifico do eminente do Chefe do Executivo Mineiro. [...] Assignando, nesta cidade, o decreto de criação da escola normal oficial de Diamantina, s. exc. crystallizou na mais bela realidade um dos almos anseios dos filhos do velho e glorioso Tijuco, restituindo-nos o instituto de ensino que premências financeiras do Estado haviam tirado há vinte e tantos anos, e reatando tradições de cultura que jamais sofreremos ver interrompidas no solo diamantinense

---

<sup>4</sup> Esse fragmento foi retirado do livro *Frivolité*, escrito por Maria Wanita Mourão de Miranda, filha do professor Leopoldo Luiz de Miranda. A obra foi localizada na Biblioteca Antônio Torres (Diamantina/MG) e não há referência quanto à data de sua publicação.

(DIAMANTINA, 04 de janeiro de 1929, p.1).

A Escola Normal Oficial de Diamantina contribuiu para consolidar a cidade como centro de formação de normalistas da região. Em 14 de maio de 1934, com a homologação do Decreto n.º 11.334, a escola foi elevada a 2º grau, o que acarretou a ampliação da sua atuação.

A oficialização da ENRAL trouxe modificações significativas para a estruturação da instituição. A nova Escola Normal da cidade recebeu investimentos para a contratação de professores e a construção de um edifício adequado para a formação das normalistas. Segundo o jornal Diamantina, publicado em 01 de março de 1929, a crescente procura pelo diploma de normalista e o conseqüente aumento de alunos exigia um prédio maior, uma vez que o espaço provisório se mostrava insuficiente.

Prates (2000) aponta que, nesse período, os professores eram predominantemente do gênero feminino em busca de uma nova colocação social, além de instrução necessária para o lar e a família:

As normalistas tinham prestígio social e a formação das moças era cercada de cuidados especiais pelas famílias. Quando não moravam em cidades que possuíssem um curso normal – particular, de freiras, porque estudar em escolas públicas não era então muito bem visto – essas moças eram, geralmente, enviadas a internatos católicos. Esses apresentavam-se aos pais como aglutinadores de várias vantagens: permitiam a instrução da moça, aprimoravam-na em conhecimentos e hábitos religiosos e não a deixavam correr qualquer risco quanto à sua integridade física e moral (PRATES, 2000, p.70).

O modelo republicano de instrução e educação do novo homem trabalhador e cidadão influenciou até na arquitetura dos estabelecimentos de ensino. Para atender a essa demanda pela formação de uma sociedade civilizada, pautada na moralidade e na higiene, o presidente do estado encomendou o projeto de construção da Escola Normal Oficial de Diamantina ao engenheiro Arthur Seixas, auxiliado pelo desenhista Werneck Machado. Eles deveriam acompanhar as tradições coloniais de Diamantina, preservando a fachada e modernizando os espaços da escolarização.

O prédio escolhido para abarcar a nova Escola Normal foi o antigo quartel do 3º Batalhão da cidade, respeitando os traços característicos, porém evidenciando o lugar em que se instaurava a educação:

[...] um magnífico edifício de dois andares, com quarenta e cinco metros de frente, em que as linhas características de nossas casas, - onde o austero das portas ferradas se une ao gracioso das sacadas de rendados de ferro, - se combinam em um todo harmonioso e belo, verdadeira obra prima do estylo que se poderá talvez denominar tijucano [...] (DIAMANTINA, 01 de março de 1929).

No entanto, a mudança do cenário político-administrativo, ocorrido no Brasil,

após a Revolução de 1930, com o governo de Getúlio Vargas, causou profundas transformações no que tange às questões educacionais. Com a centralização do poder e a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP), em 1931, a educação passou a ser o centro das discussões no sentido de criação de uma unidade nacional.

Com as questões sociais em evidência, Vargas criou uma aliança com as classes mais desfavorecidas, e se utilizou do ideal da educação para a formação de um cidadão voltado para a moralidade e o civismo, modificando a imagem do Estado. Segundo Peixoto,

O período que se estende entre 1930 e 1937 marca a atuação do governo provisório e as lutas ideológicas sobre a forma que deveria assumir o regime no campo político; a atuação do governo no setor econômico (tentativas de superação da crise econômica), no setor social e educacional (tentativa de solução para os problemas relacionados ao disciplinamento da força de trabalho). Trata-se de um período muito rico em debates e em medidas no campo institucional, no sentido do estabelecimento, pela primeira vez no país, desde o Ato Adicional, das bases para uma política nacional de educação (PEIXOTO, 2000, p.87).

As discussões em torno da educação seriam direcionadas, mais tarde, para a promulgação da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que promoveu as Diretrizes e Bases da Educação Brasileira. Indo em direção contrária a essas discussões, o governador do estado, Benedito Valadares, em 1938, através do Decreto nº 63, suprime a ENOD, junto de outras cinco escolas normais e três ginásios.

O motivo do fechamento da instituição em Diamantina não fica claro perante os documentos da instituição e nem através da imprensa da cidade. Entretanto, trabalhamos com a hipótese de que essa instituição tenha sido suprimida pelo fato de, na cidade, se encontrar em funcionamento o Grupo Escolar Matta Machado e o Colégio Nossa Senhora das Dores, o que poderia significar que não haveria prejuízo para a escolarização da região.

Pontuamos que a instituição, suprimida em 1938, foi reestabelecida pela Lei nº 840, de 26 de dezembro de 1951, no governo de Juscelino Kubistchek, em que foram restauradas as mesmas condições anteriores ao seu fechamento, recebendo novamente atenções especiais do Estado mineiro e se reposicionando junto ao cenário educacional diamantinense.

#### **4. CONCLUSÕES**

As discussões em torno da questão da educação e da instrução primária, iniciadas no Império, tiveram repercussão até a instauração da República, não causando grandes modificações na estrutura no sistema de ensino brasileiro. As heranças deixadas pelo período anterior foram sentidas pela descentralização do poder, dando liberdade para as províncias brasileiras legislarem sobre a criação de

escolas e a formação de professores, impossibilitando o surgimento de uma unidade nacional capaz de consolidar o novo regime.

A Escola Normal Oficial de Diamantina, inserida nesses processos macro de construção de uma educação brasileira, se consolidou como uma instituição significativa para o cenário educacional diamantinense. Tem suas raízes nas discussões em torno da educação durante a Primeira República, através da necessidade de se formar docentes destinados ao ensino primário, que funcionasse como um dos pilares para a instrução de um novo homem, que tivesse gosto pelo trabalho e estivesse a par do novo modelo econômico.

Consideramos que a oficialização da Escola Normal Regional Américo Lopes, em 1928, legitimou de maneira efetiva as ações do Estado sob o ensino normal e a formação de professores, demonstrando a representatividade de Diamantina para Minas Gerais, com a reafirmação do seu papel como centro de instrução para a região norte mineira.

Vale ainda ressaltar que esta instituição exerce papel significativo no que tange à escolarização diamantinense até os dias atuais. A mudança de nomenclatura, através do Decreto nº. 5.175, de 06 de maio de 1969, pela qual passou a se denominar Colégio Estadual Professor Leopoldo Miranda, e, mais tarde, Escola Estadual, de acordo com o Decreto 16.244, de 08 de maio de 1974, legitima as ações do governo na educação e na instituição ao mesmo tempo que reconhece a ligação entre essa escola e a figura do professor Leopoldo Miranda, que inaugurou, em 1913, a Escola Normal Regional Américo Lopes.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, José Carlos de Souza. A Gênese da Escola Normal de Uberlândia, MG: o contexto estadual e a independência cultural em 1926. In: ARAÚJO, José Carlos de Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno; LOPES; Antônio de Pádua Carvalho (Orgs.). **As escolas normais no Brasil do Império a República**. Campinas: Editora Alínea, 2008.

\_\_\_\_\_; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno; LOPES; Antônio de Pádua Carvalho (Orgs.). **As escolas normais no Brasil do Império a República**. Campinas: Editora Alínea, 2008.

BICCAS, Maurilane de Souza. Reforma Francisco Campos: estratégias de formação de professores e modernização da escola mineira (1927-1930). In: MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck; VIDAL, Diana Gonçalves; ARAÚJO, José Carlos Souza. (Org.). **Reformas Educacionais: as manifestações da Escola Nova no Brasil (1920-1946)**. Uberlândia/MG: EDUFU; Campinas/SP: Autores Associados. 2011.

GUIMARÃES, Rosângela Maria Castro. **O percurso institucional da disciplina “História da Educação” em Minas Gerais e o seu ensino na Escola Normal Oficial de**



**Uberaba (1928-1970).** 2012. 302 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. 2012.

LIMA, Geraldo Gonçalves. A reforma Francisco Campos (1927/28) em Minas Gerais e a introdução da disciplina História da Educação no currículo da escola normal. **Revista Diálogo Educacional**, v. 11, n. 34, 2011.

MIRANDA, Maria Wanita Mourão de. **Frivolidé.** [s/d].

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República.** Rio de Janeiro: DP&A, 1971.

PEIXOTO, Ana Maria Casasanta. Triste retrato: a educação mineira no Estado Novo. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de; PEIXOTO, Ana Maria Casasanta (Orgs.). **Lições de Minas: 70 anos da Secretaria da Educação.** Belo Horizonte: Formato Editorial, 2000.

\_\_\_\_\_. A Revolução de 30 e seus Reflexos na Educação Brasileira. In: **IV Seminário de estudos Mineiros.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1987, p. 133-144.  
PRATES, Maria Helena de Oliveira. A Escola de Aperfeiçoamento: Teoria e Prática na formação de professores. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de; PEIXOTO, Ana Maria Casasanta (Orgs.). **Lições de Minas: 70 anos da Secretaria da Educação.** Belo Horizonte: Formato Editorial, 2000.

RICCIOPPO FILHO, Plauto. **Ensino Superior e Formação De Professores em Uberaba/MG (1881-1938):** uma trajetória de avanços e retrocessos. 2007. 508 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Uberaba, Uberaba. 2007.

SOUSA, Gabriela Marques de. **Formação Docente em Minas Gerais:** a Escola Normal Oficial de Uberaba, 1948 a 1959. 2017. 205 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. 2017.

TANURI, Leonor Maria. **O Ensino Normal no Estado de São Paulo, 1890-1930.** São Paulo: 1979.

VILELLA, Heloísa de Oliveira Santos. A primeira Escola Normal do Brasil. In: ARAÚJO, José Carlos de Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno; LOPES; Antônio de Pádua Carvalho (Orgs.). **As escolas normais no Brasil do Império a República.** Campinas: Editora Alínea, 2008.

## **FONTES CONSULTADAS**

### **Jornais**

A Creação da escola normal oficial de Diamantina. **Diamantina**. Diamantina, MG, Anno II, n. 65, 04 de janeiro de 1929, p.1.

A crise no ensino secundario. **O Jornal**. Rio de Janeiro, 27 de abril de 1928, p.7.

Ensino Normal. **Diamantina**. Diamantina, MG, Anno II, n. 69, 01 de março de 1929, p.1.

Já está elaborada a planta do futuro edifício da Escola Normal Oficial de Diamantina: uma obra notável de architectura colonial. **Diamantina**. Diamantina, MG, Anno II, n. 69, 01 de março 1929, p.1.

### **Legislações (decretos, leis e regulamentos)**

BRASIL. Lei nº. 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

MINAS GERAIS. Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais.

Regulamento nº. 84, de 21 de março de 1879.

\_\_\_\_\_. Decreto nº. 1.845, de 15 de setembro de 1905.

\_\_\_\_\_. Decreto nº. 4.183, de 04 de maio de 1914.

\_\_\_\_\_. Decreto nº. 8.162, de 20 de janeiro de 1928.

\_\_\_\_\_. Decreto nº. 8.225, de 11 de fevereiro de 1928.

\_\_\_\_\_. Decreto nº. 8.820, de 12 de outubro de 1928.

\_\_\_\_\_. Decreto nº. 11.334, de 14 de maio de 1934.

\_\_\_\_\_. Decreto nº. 63,15 de janeiro de 1938.

\_\_\_\_\_. Lei nº. 840, 26 de dezembro de 1951.

\_\_\_\_\_. Decreto nº. 5.175, de 06 de maio de 1969.

\_\_\_\_\_. Decreto nº. 16.244, de 08 de maio de 1974.

---

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-93243-42-4

